

Universidade Federal de Uberlândia

Ciências Biológicas Licenciatura

Felipe Simão Camacho

**A EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA
PÚBLICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE UBERLÂNDIA CAMPUS PONTAL**

**Ituiutaba-MG
2026**

Felipe Simão Camacho

**A EFICÁCIA A EFETIVIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA
PÚBLICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE UBERLÂNDIA CAMPUS PONTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
graduado em Ciências Biológicas Licenciatura, sob
orientação de Ana Paula Romero Bacri

**Ituiutaba-MG
2026**

1. Introdução

Com a evolução da educação brasileira, a assistência estudantil vem se mostrando ser um dos pilares essenciais para a democratização do acesso e permanência do ensino superior brasileiro. Ao garantir condições básicas de sobrevivência dos discentes em situação de vulnerabilidade financeira, tais políticas assistenciais têm como objetivo remediar os efeitos da exclusão social que acompanha grande parte da população brasileira, tendo como exemplos: a marginalização, racismo estrutural, a permeabilidade social etc. Destarte, debater a efetividade da assistência estudantil se torna essencial e rompe com a barreira de ser apenas um exercício acadêmico, mas também um posicionamento político. Sobretudo diante das inúmeras demandas e desafios enfrentados pelas universidades e pelos órgãos responsáveis pelo financiamento e execução dessas ações sociais. Nesse sentido, a presente investigação busca compreender como os recursos da assistência estudantil são distribuídos e organizados dentro da universidade, considerando elementos estruturais e orçamentários dessas políticas, bem como seus impactos na permanência e trajetória acadêmica dos estudantes.

Me expresso também com dados empíricos coletados a partir do meu lugar de vivência de mais um brasileiro marginalizado do interior de São Paulo. Sou um jovem de 21 anos de origem periférica, filho de uma mãe solteira doméstica desde quando me entendo por gente. Nunca me faltou nada, mas também nunca sobrou, tudo calculado, sem espaço para emergências. Cresci convivendo com a desigualdade em mundo onde a vontade era realidade. Graças a minha mãe Lucia Elaine Simão Camacho, minha maior docente até o presente momento, fui favorecido ao compreender que a educação seria um dos poucos caminhos possíveis para um jovem pardo de baixa renda ser contemplado com o acesso a uma vida digna. Em função da minha realidade, que naturalmente me fez discordar da falácia da meritocracia, portanto defendo enquanto sujeito político e estudante, a democratização do ensino, a ampliação das políticas públicas, a organização dos estudantes brasileiros para defender seus direitos e a construção de uma universidade que seja de fato: popular, crítica e acessível.

Historicamente o direito do acesso ao ensino superior foi negado a população marginalizada como por exemplo: negros, povos originários, quilombolas, ribeirinhos etc. Surge diante desse contexto a Lei de Cotas federal (Lei nº 12.711) foi

sancionada em 29 de agosto de 2012. Ela estabeleceu a reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas, com subcotas para baixa renda, pretos, pardos e indígenas ([:: Lei de Cotas para o Ensino Superior ::](#)). Contudo, o simples acesso não garante permanência, essas transformações ampliaram o perfil sociocultural dos estudantes e junto com isso trouxeram novos desafios para as instituições, que passaram a lidar com demandas cada vez mais complexas, exigindo articulação entre setores internos e órgãos públicos. Diante desse cenário é fundamental analisar criticamente e debater as políticas de assistência estudantil para compreender em conjunto os avanços e os limites na construção de uma universidade verdadeiramente democrática.

No atual momento sou discente de Ciências Biológicas Licenciatura na Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal Ituiutaba. Minha trajetória acadêmica foi marcada por inúmeros obstáculos gerados pela insegurança financeira, tal realidade me obrigou a trabalhar em empregos precarizados, com longas jornadas, pouco tempo para estudar e sérios prejuízos à minha saúde física e mental. Houve momentos que enfrentei insegurança alimentar, nesses períodos parecia quase impossível manter-se na faculdade e conquistar o tão sonhado diploma, e ao mesmo tempo observava grande parte de meus colegas felizes por iniciarem essa nova fase da vida deles com conforto, segurança e acesso. O começo foi um turbilhão de emoções, mas essa história termina com um final feliz, claro graças a universidade e o auxílio estudantil, porém prefiro dar o mérito aos funcionários da instituição. Foi nesse contexto que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil PROAE passou a fazer parte da minha vida, isso graças aos docentes que me incentivaram a buscar os auxílios institucionais, os quais eu mal conhecia, diante minha realidade. A partir do acesso ao auxílio da UFU e posteriormente ao PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), minha realidade começou a mudar, não passei a viver no conforto, mas passei a ter o mínimo de dignidade para seguir, e focar no único caminho de ascensão na sociedade disponível para mim, a educação.

No âmbito das instituições federais, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil exerce papel central no desenvolvimento, coordenação e avaliação de programas voltados à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes. Essas estruturas precisam levar em conta que a trajetória estudantil vai muito além do desempenho

acadêmico, envolvendo questões econômicas, emocionais, alimentares, de moradia e saúde mental

As produções bibliográficas até o momento apontam a necessidade de monitoramento contínuo dessas políticas, articulando dados quantitativos e qualitativos capazes de revelar os reais impactos da assistência sobre a vida dos estudantes. Esses estudos são essenciais para o aprimoramento das ações institucionais e para o fortalecimento das políticas públicas, pois permitem identificar os problemas sendo o primeiro passo em busca da solução.

Dessa forma, o presente arquivo busca discutir a assistência estudantil a partir das políticas públicas nacionais, com ênfase na experiência da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, tendo como referência a atuação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). Ao reunir produções acadêmicas, documentos oficiais e dados públicos, pretende-se contribuir para a compreensão dos desafios e das possibilidades de efetivação das políticas de permanência, partindo não apenas de dados, mas também de vivências concretas, como a minha, que evidenciam o quanto essas políticas podem significar a diferença entre abandonar ou concluir um curso superior.

2. Contextualização das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil

Em um cenário chamado Brasil, marcado por desigualdades profundas no acesso e permanência no ensino superior, foi dado início às políticas de assistência estudantil brasileira, simbolizando um primeiro passo para a democratização do ensino. Ao longo do seu desenvolvimento as universidades públicas brasileiras estiveram voltadas a uma parcela em particular da sociedade, mais especificamente à burguesia ou “alta classe”. O que catalisou a exclusão sistemática de estudantes com vulnerabilidade financeira provenientes de camadas populares. Como apontam Pantoja e Carvalho (2021, p.69)

“E é a partir desse entendimento, de Instituição com um papel social e não fechada em seus muros, que emergem os desafios a serem enfrentados, entre eles, o de garantir as condições para que todos os discentes que nela ingressam consigam permanecer e concluir sua formação acadêmica”.

Determinado entendimento legítima que o papel social da universidade vai além do simples acesso, historicamente a educação brasileira foi estruturada para reproduzir desigualdades existentes na sociedade desde épocas coloniais, o que se repetirá uma geração após outra enquanto os estudantes marginalizados brasileiros não se organizarem e se manifestarem contra tal ciclo. Destarte o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades sociais ao valorizar determinados modos de expressão e conhecimentos mais próximos dos grupos dominantes” (AIRES, 2026, p. 37). Isso significa que os estudantes vulneráveis de origem popular, diversas vezes não enfrentam apenas barreiras econômicas, mas mutuamente simbólicas raciais, culturais, institucionais, linguísticas, ausência de acessibilidade e suporte emocional.

Posteriormente à década de 1990, debates sobre a democratização do ensino se tornam mais frequentes na agenda pública. Tornou-se evidente que o ingresso na universidade não era suficiente, diversos estudantes sendo grande maioria de baixa renda, encontram dificuldades concretas para a conclusão do curso. Essa realidade não é distante da vivência observada em universidades do interior, como a (UFU), Campus Pontal, em Ituiutaba-MG, onde a ampliação do acesso trouxe consigo novos desafios relacionados à permanência estudantil.

A expansão do ensino superior, principalmente com a criação de novas universidades federais e da interiorização das instituições já existentes, como por exemplo o caso da UFU, que criou novos campus em cidades satélites da metrópole do Triângulo Mineiro - Uberlândia, no caso os campus: Pontal (Ituiutaba-MG, Patos de Minas e Monte Carmelo). Conforme destacado,

De acordo com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, a meta global do programa é elevar a taxa de conclusão média para 90% nos cursos de graduação, e podemos citar, como uma das diretrizes do programa, a busca pela ampliação das políticas de assistência estudantil, como também a redução nas taxas de evasão e o aumento do ingresso por meio da disponibilização de vagas” (DE ALBUQUERQUE, 2018, p. 56).

Posteriormente a criação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo Decreto 6.096/2007, amplia o perfil de discentes das universidades de todo Brasil. Contudo, ao democratizar o acesso evidenciaram também as desigualdades materiais, físicas e sociais que impactam diretamente a

trajetória acadêmica na UFU, por exemplo, tendo em vista de que uma parcela considerável dos estudantes são oriundos de contextos de vulnerabilidade socioeconômica dependendo de políticas institucionais de assistência estudantil para garantir materiais, alimentação, moradia e condições dignas e decentes para estudo.

A catalisação da assistência estudantil como política pública estruturante ocorreu com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, em 2010. O PNAES consolidou diretrizes e financiamento para ações focadas na permanência estudantil contemplando áreas como alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico. Seu foco reside justamente na ideia de equidade: reconhecer que diferentes estudantes partem de condições distintas e logo necessitam de apoios diferenciados para alcançar a formação acadêmica.

Essas políticas são organizadas nas universidades federais por meio de Pró-reitorias e setores específicos, no caso da UFU a PROAE se responsabiliza pelo papel de articulação de programas e auxílios que impactam diretamente na formação do discente. Como afirmam Fernando, Bessa e do Carmo (2025, p. 2):

A partir dos fundamentos do autor se pode compreender que o PNAES desempenha um papel crucial na promoção da equidade e na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, apesar de carecer de melhorias e enfrentar desafios como abrangência e recursos financeiros.

Em prática o desafio dessas estruturas está na administração de recursos frequentemente limitados diante de uma demanda crescente, em momentos de restrição orçamentária a qual varia com frequência com a troca de governo, mais especificamente do poder executivo. Entretanto, o poder parlamentar diante a educação é evidente, como o atual é falho novo ensino médio, a tensão entre necessidade e disponibilidade torna-se ainda mais evidente. Além disso, as demandas estudantis não são apenas financeiras: envolvem saúde mental, apoio pedagógico, acompanhamento social e políticas afirmativas. Essa complexidade exige das instituições uma atuação intersetorial e constante avaliação de suas estratégias.

A literatura aponta que, embora haja avanços importantes na consolidação dessas políticas, permanecem desafios relacionados à burocratização dos

processos, à fragmentação das ações e à insuficiência de recursos. Como apontado por Carvalho (2019, p. 234):

As ações da assistência estudantil funcionam sob a estrutura de “programa”, e dada sua marca focalizada e residual, tendem a esvaziar o caráter da luta coletiva e converter as reais tensões em torno do “acesso e da permanência” em instrumento de divisão de classes. Este contexto sinaliza como perspectiva e novas racionalidades para a assistência estudantil a necessidade de promover articulações e convivências entre programas e serviços públicos, bem como da ampliação do debate e de uma discussão mais política na perspectiva da universalização do acesso e da permanência dos discentes na educação superior, para além da dimensão da concessão de um benefício para a efetivação de uma Política Pública de Assistência Estudantil.

Isso simboliza que a efetividade da assistência estudantil depende não apenas de financiamento adequado, mas de luta coletiva em conjunto com uma gestão eficiente, participação estudantil e compromisso institucional com a equidade.

Em suma, compreender o percurso histórico e normativo das políticas de assistência estudantil no Brasil é essencial para analisar suas repercussões concretas no cotidiano universitário. Universidades como a UFU, no qual o acesso ampliado acarretou uma variabilidade de sujeitos sociais, diversificando os discentes nela presente, diante desse ambiente a assistência estudantil se torna algo muito mais além que um benefício se configura como condição básica que garante a permanência e conclusão da graduação.

A análise crítica de tal campo nos mostra um espaço limitado entre avanços legais e limites práticos no caso a oferta e demanda relacionada à assistência estudantil, é indispensável a compreensão, pesquisa, estudos, debates e pautas parlamentares, para fortalecer estratégias que garantam não apenas o ingresso, mas juntamente a permanência de forma digna e humana no ensino superior.

2.1 Evolução Histórica e Marco Legal

O Brasil possui uma trajetória com a assistência estudantil a qual está diretamente ligada às transformações sociais e políticas que marcaram o país, principalmente no processo de democratização do ensino superior. No período das primeiras décadas do século XX, as universidades em geral, tanto públicas ou privadas eram um espaço dominado pela elite brasileira remanescente da era

colonial até os tempos modernos, o qual se demonstra dominante ainda, favorecendo que nosso país seja extremamente desigual com a concentração de rendas e propriedades privadas as quais se incluem faculdades particulares. As poucas iniciativas de apoio existentes resumiam-se a bolsas concedidas de forma pontual, sem uma política estruturada que garantisse permanência. Como consequência disso era previsível: discentes de baixa renda que conseguiam ingressar encontravam enormes dificuldades para continuar e a evasão tornava-se algo recorrente, impossibilitando que a população vulnerável ascenda socialmente.

Com o passar do tempo, especialmente a partir dos anos 1960, a expansão do ensino superior com organização e fortalecimento dos movimentos estudantis trouxeram novas reivindicações, como a permanência passou a ser entendida como parte da luta por direitos sociais mais amplos. Nesse cenário, ganha relevância a discussão sobre os mecanismos institucionais de participação e gestão democrática. Como demonstrado por (OLIVEIRA, 2023, p.128)

Para além das funções descritas por REGEB, o Conselho de Escola possui as seguintes: Deliberativa - Refere-se tanto às tomadas de decisão relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar; Consultiva - Refere-se não só à emissão de pareceres para dirimir as dúvidas e tomar decisões como também às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência; Fiscalizadora - Refere-se ao acompanhamento e à fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações; Mobilizadora - Refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes; Pedagógica - Refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como a qualidade social da instituição escolar “[...] com a expansão do ensino superior público e o surgimento de movimentos estudantis organizados, emergiram reivindicações mais estruturadas por direitos sociais, incluindo a assistência estudantil como pauta relevante

Diante de tais atribuições chega-se à conclusão de que a permanência estudantil está deveras longe de ser um problema individual, mas sim institucional e

político, dependendo assim de decisões administrativa, fiscalização, mobilização da massa estudantil universitária e compromisso com a qualidade social da educação

Durante a redemocratização em um Brasil pós-ditadura período marcado pelo regime militar que governou o país entre 1964 e 1985, caracterizado pela restrição de direitos políticos, censura, repressão social e aumento das desigualdades e com um sentimento de luto e de fraturas nos pilares da sociedade, no nosso caso a educação superior, em 1980 o debate sobre acesso e permanência em universidades pela população de baixa renda ganha uma nova base, passando a ocupar espaços centrais na discussão sobre democratização do ensino e garantia de direitos sociais. formulação de políticas públicas voltada à inclusão social no ensino superior. Entretanto como já; apontado

Ao buscarmos referências relativas à permanência estudantil, identificamos, mesmo após o PNAES, uma reduzida atenção aos processos institucionais e à atuação do Estado brasileiro na prevenção à evasão de estudantes universitários por falta de recursos financeiros. Em vista disso, empreendemos uma análise do percurso do que chamamos de institucionalização das ações voltadas a esse fim.

Esse trecho nos dá a entender que, mesmo com avanços normativos, ainda há lacunas na forma como o Estado enfrenta a evasão por questões econômicas. A partir disso, tem-se o entendimento de que é necessário investigar os mecanismos financeiros que levam um discente a evadir o ambiente acadêmico e, então, teremos dado o primeiro passo para saber como, quando e a quem fornecer apoio monetário na formação. A Constituição Federal de 1988 foi verdadeiramente um divisor de águas ao reconhecer a educação como direito social e dever do estado. Os artigos 205 e 208, asseguram programas de auxílios estudantis como transporte, moradia, alimentação e assistência à saúde, ofertam base jurídica sólida para a construção das políticas de assistência estudantil. Ainda que o texto constitucional não trate exclusivamente do ensino superior, ele estabelece o princípio fundamental de que acesso e permanência são dimensões inseparáveis do direito à educação.

Logo em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma em seu artigo 4º inciso VII o compromisso estatal com programas de assistência ao estudante no ensino público, que garante uma série de direitos aos estudantes, mas principalmente o que esse estudo no caso se baseia, acesso e permanência estudantil. O Plano Nacional de Educação (PNE), em suas

diferentes versões, abrange esse compromisso ao estabelecer metas relacionadas não apenas ao ingresso, mas também à permanência e à conclusão dos cursos.

O decreto nº 7.234/2010, institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conhecido e pontual programa organiza e sistematiza ações nas áreas de moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Ao definir responsabilidades para as instituições federais, o PNAES consolida a assistência estudantil como política estruturante da permanência, o que traz certa relevância para esse programa e torna-se ainda mais evidente em momentos de crise. Como expresso por DIB (2020, p. 15):

O surto de coronavírus obrigou que a sociedade entrasse em isolamento social e suspendeu as atividades acadêmicas presenciais previstas para o ano de 2020. Entretanto, a permissão do MEC para o ensino remoto fez com que as universidades se preocupassem com a elevada desigualdade de acesso e com os prejuízos pedagógicos que poderiam surgir. É nesse momento que ações estratégicas de políticas assistencialistas, como o PNAES, podem contribuir com a diminuição das consequências desses problemas estruturais.

A pandemia da COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e iniciada oficialmente em 2020, representou uma das maiores crises sanitárias do século XXI, resultando em milhões de mortes ao redor do mundo, colapso de sistemas de saúde, isolamento social e profundas consequências econômicas e educacionais. Durante aproximadamente três anos, até o avanço da vacinação em massa e da redução dos casos graves, estudantes de diferentes classes sociais enfrentaram realidades extremamente distintas no acesso à educação, evidenciando ainda mais as desigualdades estruturais presentes na sociedade. A pandemia deixou ainda mais explícito algo que muitos estudantes já vivenciavam e muitos vivenciam atualmente, uma exacerbada desigualdade de acesso a recursos básicos compromete diretamente o processo formativo. Enquanto muitos outros alunos possuem acesso a recursos mais que básicos, como um exemplo anedótico da minha formação, onde foi oferecido um programa de viagem à praia do litoral paulista, com foco em biologia marinha, apenas alunos com uma condição financeira favorável tiveram acesso, tendo em vista o seu alto custo. Em que ponto de partida da corrida meritocrática está um aluno que teve condições de pagar inúmeros cursos que complementam sua formação, em comparação a um aluno que luta, dia após dia, para garantir sua próxima refeição? Que futuro veremos

assim? Eu lhe conto: um futuro muito parecido com a atualidade e o passado, um futuro dominado pela elite.

Em universidades como a UFU, onde o perfil discente tornou-se mais diverso após as políticas de expansão e cotas, a assistência estudantil não é um complemento, mas uma condição de permanência, uma fagulha de esperança que equidade prevalecerá em meio a um oceano de desigualdades.

Além do PNAES, resoluções de conselhos universitários, portarias ministeriais e normas internas compõem uma rede normativa que adapta as diretrizes nacionais às especificidades locais (PINTO, 2024). Essa variedade de instrumentos revela a complexidade do campo da assistência estudantil e a necessidade de atualizações e pesquisas constantes diante das transformações econômicas e sociais.

Diante desse percurso histórico, nota-se que a assistência estudantil evoluiu de iniciativas pontuais para um conjunto estruturado de políticas públicas que ainda existem desafios, especialmente no que se refere à suficiência de recursos e à burocratização dos processos. Uma sensação que vive em meu imaginário enquanto estudante, é justamente que o acesso aos auxílios são dificultados de acordo com a oferta e demanda das instituições.

No contexto do Campus Pontal da UFU, esse direito não se apresenta como privilégio, mas como base para que estudantes de origem popular possam transformar o acesso em trajetória concluída e ascensão em meio a uma sociedade desigual. Dessa forma, a evolução histórica e o marco legal da assistência estudantil evidenciam avanços institucionais importantes, ao mesmo tempo em que reafirmam a necessidade de fortalecimento contínuo dessas políticas para que a educação superior pública seja, de fato, mais equânime e inclusiva.

3. A Assistência Estudantil na Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal

Graças a um esforço institucional, em função de garantir, além do acesso à universidade, a possibilidade, de fato da permanência que leve à conclusão do curso, surge a assistência estudantil da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mais especificamente do Campus Pontal, em Ituiutaba-MG.

O aumento de políticas de acesso ao ensino superior, como a já citada política de cotas, fez com que nos últimos anos aumentasse no número de

estudantes de origens sociais distintas, no caso jovens marginalizados de baixa renda , imigrantes, neurodivergentes, pessoas de origem rural etc. Dado a tal circunstância, se torna essencial o papel da assistência estudantil, sendo a única via para a formação de inúmeros discentes, tendo o intuito de reduzir as desigualdades vivenciadas. Como argumentado por Ribeiro e Silva (2021, p. 186):

A democratização do ensino superior, por meio de políticas de acesso, representou a possibilidade de ingresso no terceiro grau para muitos grupos que, a priori, estavam marginalizados por questões econômicas, sociais e históricas. O acesso à educação, especialmente para estes grupos, representou o instrumento para o exercício da autonomia e da conquista de outras liberdades, como diminuição da vulnerabilidade socioeconômica

Essa realidade vivida por grande parte dos estudantes trabalhadores tem de ser observada pela escola para que repense o modelo de trabalho tradicional, pois a dinâmica/rotina a que são submetidos é outra. Como então exigir do estudante trabalhador requisitos/critérios que não fazem parte de sua realidade. Paulo Freire (2006) recusa o uso desse termo, por considerar que os estudantes não se evadem da escola, não a deixam porque querem, e sim porque são expulsos ou, em função das condições, são obrigados a deixá-la.

Além disso, iniciativas como residências estudantis e espaços de convivência também fazem parte dos esforços para tornar o ambiente universitário mais acolhedor. Esses espaços contribuem não apenas para a permanência física dos estudantes na universidade, mas também para a construção de vínculos, trocas de experiências e fortalecimento da comunidade acadêmica.

É válido lembrar que o suporte psicossocial ofertado pela universidade no Campus Pontal, profissionais como: psicólogos, assistentes sociais e pedagogos atuam ajudando no atendimento e orientação de estudantes que enfrentam dificuldades emocionais, acadêmicas ou sociais. Esse tipo de apoio tem se tornado cada vez mais necessário, considerando que muitos estudantes chegam à universidade lidando com problemas financeiros, adaptação a um novo ambiente e muitas vezes com sentimentos de abandono, insegurança ou ansiedade.

Uma abordagem multiprofissional como essa aplicada pela UFU demonstra que amplia a capacidade da universidade de lidar com demandas complexas e ressalta a ideia de que a permanência do discentes que engloba muito mais do que um simplório auxílio financeiro, envolve em conjunto a garantia de condições que permitam um bom aproveitamento acadêmico e desenvolvimento de materiais científicos úteis a sociedade brasileira.

Mesmo com avanços significativos ainda enfrentamos importantes desafios, os quais a solução é essencial para o desenvolvimento social da instituição, nota-se um aumento do número de estudantes que ingressam na universidade, resultado das políticas de democratização do ensino superior, logicamente se tem um aumento da demanda da assistência estudantil. Diversas vezes os recursos disponibilizados não são os suficientes para atender todos que precisam, o que gera dificuldades para estudantes e para os setores responsáveis pela gestão dessas políticas. Além disso, os cortes orçamentários frequentes no ensino superior federal acabam limitando a ampliação dos programas de assistência estudantil. Como apontam Ganam e Pinezi (2021, p. 26):

Um desafio a enfrentar é o entendimento comum de que o Serviço Social está na instituição apenas para realizar o repasse de auxílios e verbas estudantis, sem considerar a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, e assim exclui do debate a necessidade da ampliação dos direitos.

Baseando-se nesse argumento torna-se cada vez mais necessário o fortalecimento das políticas institucionais de permanência, ampliando assim os recursos destinados à assistência estudantil e promovendo uma articulação mais integrada com outras políticas públicas, somente dessa forma será possível garantir que a universidade pública continue sendo um espaço realmente acessível e inclusivo, onde estudantes de diferentes origens sociais tenham não apenas a oportunidade de acessar mas também de concluir sua formação acadêmica.

3.1 Estrutura e Programas da PROAE

A ação da Pró-reitoria da Assistência Estudantil (PROAE), na UFU, principalmente no Campus Pontal está ligada ao desafio de garantir que estudantes de diferentes realidades garantam sua permanência na universidade. A estrutura da PROAE é formada por uma equipe multidisciplinar responsável por planejar, organizar, executar as políticas de assistência estudantil e intermediar a relação entre discente e instituição, nesse processo atuam: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos administrativos e outros profissionais que trabalham de forma articulada para atender às diferentes necessidades apresentadas pelos alunos.

Entre os programas mais conhecidos e utilizados pelos estudantes estão os auxílios financeiros. No Campus Pontal, destacam-se o Auxílio Moradia, o Auxílio

Alimentação e o Auxílio acessibilidade. O Auxílio Moradia é voltado principalmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, funcionando como um apoio importante para cobrir despesas básicas durante a graduação. O Auxílio Alimentação está relacionado ao acesso ao Restaurante Universitário (RU). Os estudantes contemplados têm direito a refeições gratuitas, sendo oferecidos café da manhã, almoço e jantar de segunda a sexta-feira e almoço aos sábados. Além disso, é concedido um valor de R\$150,00 mensais para auxiliar na alimentação nos dias em que o restaurante universitário não funciona. O Auxílio Acessibilidade, voltado à inclusão digital, oferece um suporte financeiro de cerca de R\$ 80,00 mensais, destinado ao pagamento de internet fixa ou móvel, além da possibilidade de concessão de equipamento computacional (*laptop* ou *tablet*) no valor aproximado de R\$ 1.250,00, contribuindo para o acesso às atividades acadêmicas. Outro benefício importante é o Auxílio Creche, destinado a estudantes que possuem filhos, especialmente mães estudantes. Esse auxílio oferece um valor aproximado de R\$400,00 mensais, contribuindo para o custeio de serviços de creche ou cuidados com a criança, possibilitando que a estudante consiga conciliar a maternidade com a vida acadêmica. O Auxílio Transporte busca reduzir os custos de deslocamento dos estudantes até a universidade, sendo ofertado ônibus corujão para toda a cidade sendo especialmente importante para discentes que residem em bairros mais afastados ou em municípios próximos. Conclui-se que esses auxílios representam instrumentos fundamentais para a promoção da permanência estudantil, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e possibilitando que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam manter sua trajetória acadêmica até a conclusão da graduação.

Além dos auxílios financeiros, a PROAE também desenvolve ações voltadas ao apoio psicossocial e pedagógico, sendo possível e de fácil acesso o atendimento psicológico, sendo ofertada para qualquer discente, oferecendo acompanhamento individual e em grupo, além de atividades como oficinas, rodas de conversa e campanhas voltadas à saúde mental. Essas iniciativas têm ganhado cada vez mais importância dentro da universidade, principalmente diante das pressões acadêmicas, das dificuldades econômicas e das mudanças pessoais que muitos estudantes enfrentam durante a graduação. Sobre programas de permanência estudantil, temos algumas ideias predefinidas como se inspirar em políticas de

instituições que tiveram êxito acadêmico, tendo isso em plano, Pinheiro (2016, p. 102) destaca:

E finalmente o grande Programa Permanência, programa de assistência estudantil de maior porte na UFPA, que apresenta o objetivo de atender e selecionar estudantes de cursos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cursando a primeira graduação e que não possuem condições de arcar com custeio total ou parcial com alimentação, moradia, material didático-pedagógico e transporte até a universidade, promovendo o apoio à permanência deste estudante na universidade, assim como garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes na perspectiva do direito social, proporcionando condições básicas e assegurando aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico. Este olhar de atenção aos estudantes, em tese, contribui para melhoria do sistema universitário, haja vista que prevenindo e erradicando a retenção.

Outra função importante da PROAE, são programas que envolvem atividades culturais, esportivas e iniciativas de inclusão digital, projetos voltados à cultura e ao esporte são incentivados por reconhecerem que a vida universitária vai além da sala de aula, contribuindo para a formação social, cultural e cidadã dos estudantes. Essas atividades também ajudam a fortalecer os vínculos entre os alunos e a própria universidade.

A operacionalização de todos esses programas acontece por meio de editais públicos, que definem critérios de seleção baseados em avaliações socioeconômicas detalhadas. Esse processo busca garantir transparência na distribuição dos recursos e possibilita que estudantes apresentem recursos ou revisões caso necessário. A gestão dessas demandas é realizada por meio de sistemas digitais da própria universidade, que permitem acompanhar os processos e integrar informações com outros setores institucionais.

Em suma, a PROAE mantém canais de diálogo com o corpo discente, promovendo espaços de escuta, reuniões e outras formas de participação estudantil. Essas iniciativas são importantes para que as políticas de assistência estudantil possam ser constantemente avaliadas e aprimoradas, levando em consideração as experiências e necessidades reais dos estudantes. Dessa forma, a assistência estudantil se consolida como uma política fundamental para promover maior equidade dentro da universidade e contribuir para que o acesso ao ensino superior público também signifique, de fato, a possibilidade de permanência e conclusão da formação acadêmica.

4. Indicadores de Efetividade da Assistência Estudantil

Para a análise da efetividade das políticas de assistência estudantil necessita-se da utilização de indicadores capazes de demonstrar de que forma esses programas impactam a permanência e a trajetória acadêmica dos estudantes. Baseando-se nisso, diferentes estudos têm buscado comparar o desempenho e a permanência de estudantes beneficiários e não beneficiários de auxílios da assistência estudantil. Como é o caso do estudo de Araújo e Andriola (2019, p. 735) que apontam que:

A comparação entre estudantes beneficiários e não beneficiários de auxílios pecuniários da assistência estudantil tem sido cada vez mais recorrente no cenário acadêmico brasileiro. Nessa direção, o estudo de Cavalcanti (2016) buscou avaliar o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR - Câmpus Curitiba, por meio de análise comparativa entre o coeficiente acadêmico e de permanência dos estudantes bolsistas do Programa em relação aos demais estudantes da Universidade. A autora constatou, em seus resultados, tanto um rendimento acadêmico superior dos beneficiários, em média 10,5% maior em relação aos não beneficiários, quanto uma taxa de permanência dos beneficiários (37,08%) em relação aos não beneficiários, indicando assim, que o programa de auxílios pecuniários tem impactos significativos tanto na permanência quanto no sucesso escolar.

Este estudo, entretanto, concentra a análise principalmente em indicadores institucionais relacionados à implementação da assistência estudantil na UFU no Campus Pontal, por isso, a investigação buscará compreender como os recursos da assistência estudantil são distribuídos e organizados dentro da universidade, considerando elementos estruturais e orçamentários dessas políticas.

Dessa forma serão analisados os principais tipos de auxílios ofertados pela assistência estudantil, como a quantidade de estudantes beneficiados por cada modalidade de auxílio. Também será observado o volume de recursos financeiros destinados à assistência estudantil, incluindo o orçamento disponível, os valores efetivamente investidos e eventuais restrições ou bloqueios orçamentários provenientes do Ministério da Educação (MEC), que podem impactar diretamente a ampliação ou manutenção dessas políticas. Todos os dados foram coletados, organizados e elaborados a partir do portal de transparência da UFU.

Outro fator relevante da análise refere-se à distribuição dos recursos nos diferentes campus da UFU, tendo o intuito de identificar quanto cada unidade consome em relação aos auxílios ofertados. Tal análise permitirá compreender como os investimentos em assistência estudantil se distribuem internamente na instituição e qual é o impacto dessas políticas no funcionamento de cada campus.

Tendo como enfoque dados específicos do Campus Pontal, a investigação evidenciou quais são os auxílios mais utilizados pelos estudantes, como auxílio moradia, alimentação, transporte, acessibilidade e creches, e quantos discentes são atendidos por esses programas e qual é o montante de recursos destinado a cada modalidade de benefício. Com a coleta e análise desses dados será possível construir um panorama mais concreto da assistência estudantil no campus e discutir sua importância para a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Destarte os indicadores analisados neste trabalho não se limitam apenas ao desempenho acadêmico dos estudantes, mas também contemplam aspectos estruturais, financeiros e administrativos da política de assistência estudantil, permitindo analisarmos como esses programas são aplicados e quais são seus alcances e limitações dentro da realidade social e institucional da universidade.

4.1 Análise dos Dados Públicos da PROAE: Recorte e Impacto no Campus Pontal (Ituiutaba)

A análise dos dados públicos da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) nos mostra que a permanência dos alunos no Campus Pontal é dinâmica e marcada por picos de atendimento e claramente ligadas ao orçamento. Ao observar o Gráfico 1 (2019), nota-se o cenário de estabilidade pré-pandemia, onde o campus mantinha uma média de atendimento elevada, atingindo o ápice em agosto com 723 discentes assistidos. Este volume representa uma cobertura robusta frente ao número de aproximadamente 2.250 alunos matriculados, evidenciando uma política de assistência em plena expansão (LIMA, 2023).

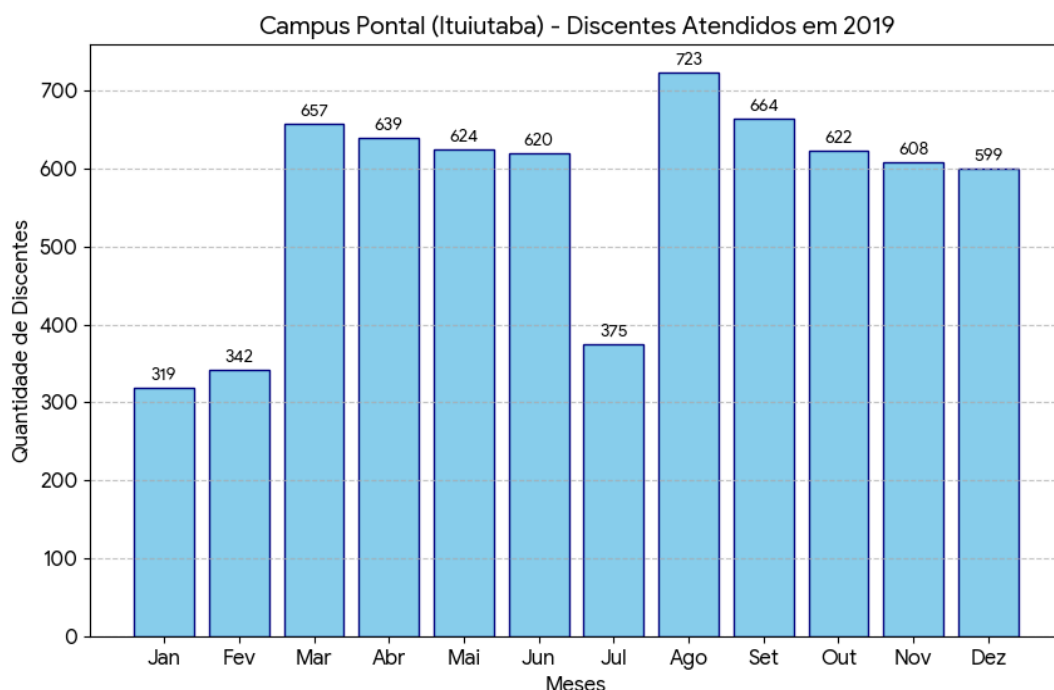


Gráfico 1. Elaborado pelo autor (2026).

4.1.1 O Impacto da Pandemia e a Instabilidade Orçamentária

A transição para o ano de 2020, ilustrada no **Gráfico 2**, apresenta uma estatística anormal, com um aumento brusco decorrente da pandemia, em março o número de atendimentos saltou para 929, o maior registro de toda a série histórica, em períodos de crises como uma pandemia global programas de assistência em geral, não só estudantil se tornam essenciais para uma garantia de estabilidade para todos cidadãos, sendo dever do estado garantir assistência devida a quem necessita de forma justa. Destarte este movimento é interpretado como uma resposta emergencial da PROAE às vulnerabilidades acentuadas pela COVID-19. Entretanto, essa capacidade de resposta foi colocada à prova pela realidade financeira expressa na Tabela 1, que detalha os bloqueios orçamentários do MEC.

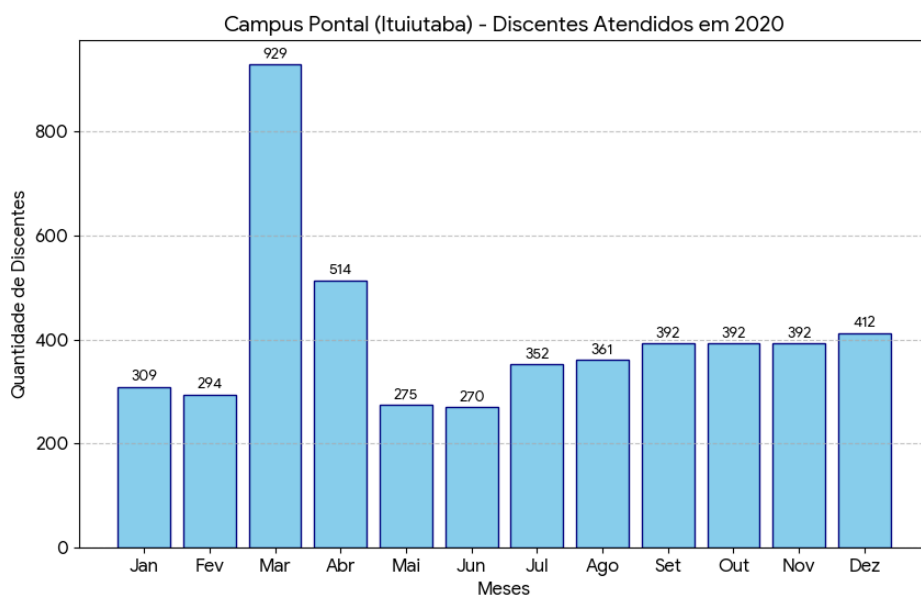


Gráfico 2 Elaborado pelo autor (2026).

Tabela 1: Panorama Financeiro e Orçamentário da PROAE (2019-2021).

Descrição	2019	2020	2021
Investimento Total	R\$ 41.456.463,88	R\$ 35.494.467,78	R\$ 41.804.567,49
PNAES	R\$ 36.608.697,46	R\$ 31.895.503,01	R\$ 36.658.764,53
Funcionamento UFU	R\$ 1.240.605,24	R\$ 971.593,60	R\$ 1.240.605,24
Funcionamento PROAE	R\$ 3.607.161,18	R\$ 2.681.371,17	R\$ 3.905.197,72

Categoria	2019	2020	2021
Custeio	R\$ 12.556.381,96	R\$ 12.191.126,00	Não Informado
Bolsas Distribuídas	R\$ 7.097.353,00	R\$ 7.379.959,00	R\$ 16.956.185,00
Investimento	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.354.643,00	R\$ 230.338,00

Descrição	2019	2020	2021
Valor Planejado Total	R\$ 53.507.572,86	R\$ 45.801.686,00	R\$ 70.694.095,86
Valor Distribuído	R\$ 67.455.420,96	R\$ 45.801.686,00	R\$ 84.641.943,96
Bloqueio pelo MEC	-R\$ 13.947.848,10	R\$ 0,00	R\$ 13.947.848,10
Restos a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Os reflexos desses bloqueios de R\$ 13,9 milhões são sentidos na estabilização vista nos Gráficos 3 (2021) e 4 (2023). Em 2021, o campus tinha uma média de 360 alunos, metade do potencial de 2019. Já em 2023, o gráfico nos mostra um dado alarmante em agosto, com apenas 78 discentes registrados, indicando um possível represamento de editais ou insuficiência de recursos para novos ingressantes.

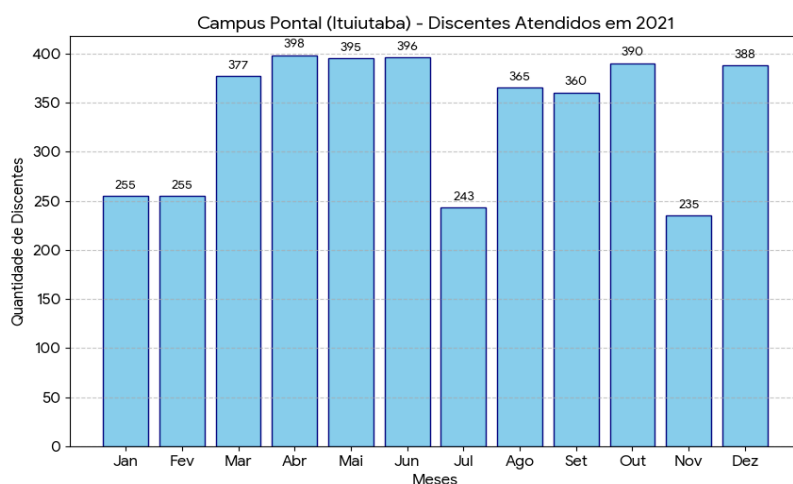


Gráfico 3. Elaborado pelo autor (2026).

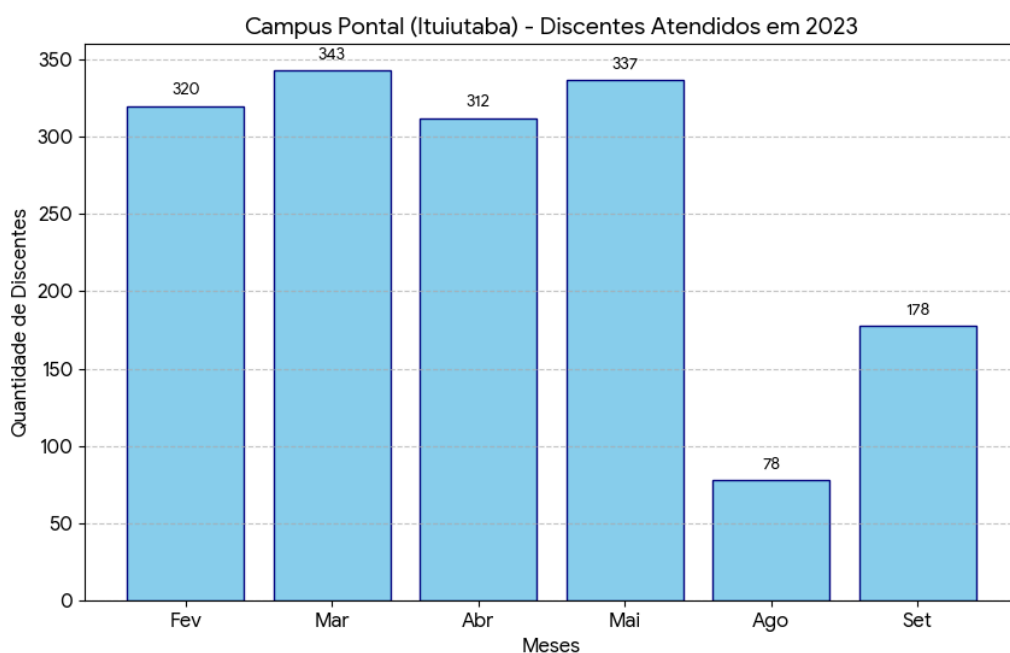


Grafico 4. Elaborado pelo autor (2026).

4.1.2 Análise Estatística (Teste de Qui-Quadrado)

Para validar se a diferença entre o pico de 2019 (723 alunos) e o de 2023 (343 alunos em março) não ocorreu ao acaso, aplicou-se o teste de Qui-Quadrado de dependência.

- Hipótese Nula (H_0): A proporção de alunos assistidos é constante, independente do ano.
- Hipótese Alternativa (H_1): A variação orçamentária alterou significativamente a proporção de atendimento.

Tabela 2: Frequência de Atendimento - Campus Pontal (Agosto).

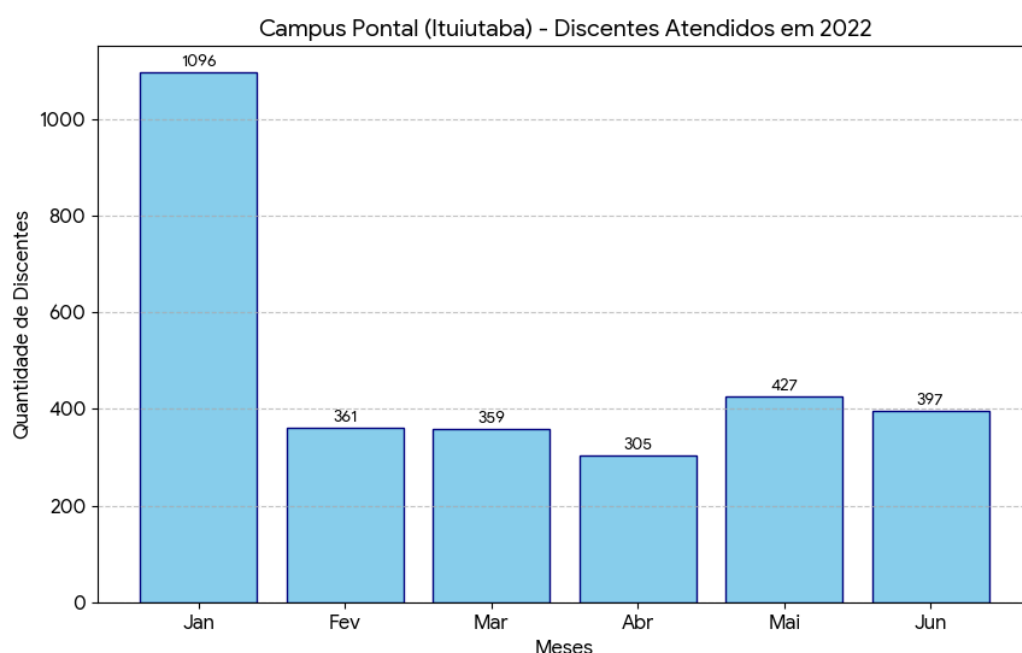
Ano	Atendidos (n)	% Atendidos	Não Atendidos (n)	% Não Atendidos	Total (N)
2019	723	32,1%	1.527	67,9%	2.250

2023	78	3,5%	2.172	96,5%	2.250
-------------	----	-------------	-------	-------	-------

Com um valor de $p < 0,05$, a hipótese nula é rejeitada. Estatisticamente, prova-se que a política de assistência no Campus Pontal sofreu uma retração significativa, tornando-se mais excludente ou insuficiente diante do crescimento da demanda estudantil.

4.1.3 Perfil dos Auxílios e Especificidades de Ituiutaba

O Gráfico 5 (2022) mostra retomada das atividades com um pico de 1.096 auxílios em janeiro, refletindo a demanda represada e o alto custo da volta presencial. Neste contexto, o Auxílio Moradia emerge como o principal suporte financeiro, com investimentos locais que atingiram R\$167.600,00.



Um dado qualitativo fundamental é a exclusividade do transporte municipal, onde Ituiutaba detém 100% da cota da UFU. Isso demonstra que a permanência no Campus Pontal está intrinsecamente ligada à mobilidade urbana local, fator que, se descontinuado, inviabilizaria a trajetória acadêmica de centenas de alunos.

4.1.4 Saúde Mental e Conclusões sobre a Transparência

Por fim, o aumento na demanda por atendimentos psicossociais, mencionado nos relatórios de gestão, aponta que a permanência vai além do suporte financeiro. O melhoramento de serviços de saúde mental é urgente, especialmente para os grupos vulneráveis (pretos, pardos e indígenas) que compõem grande partes dos alunos.

Embora os *dashboards* da PROAE permitam essa análise detalhada, a descontinuidade na publicação de dados de alguns meses de 2022 e 2023 limita uma visão completa muitos meses não possuem informações e partir de 2024 temos uma escassez de dados, que leva a necessidade de atualizações por parte da coordenação do portal. A transparência ativa deve ser consolidada para que o controle social (OLIVEIRA e COUTINHO, 2022) garanta que a assistência estudantil não seja apenas um número em uma planilha, mas uma ferramenta efetiva de igualdade no ensino superior.

5. Resultados da Pesquisa de Campo: Percepção Discente no Campus Pontal

Após a análise dos dados institucionais da PROAE, aplicou-se um questionário estruturado com estudantes, majoritariamente do curso de Ciências Biológicas, para compreender a eficácia subjetiva dessas políticas.

5.1 Perfil Socioeconômico e Moradia

A amostra é composta por estudantes veteranos (80% entre o 8º e 10º período), o que confere maturidade às respostas sobre a trajetória acadêmica. No quesito raça/cor, há um equilíbrio entre autodeclarados Brancos (55,5%) e pardos (44,5%). Quanto à moradia, o cenário em Ituiutaba revela uma dependência de moradias coletivas: Repúblicas/Flats: 66,7% e Casa Própria/Alugada individual: 33,3%

Tabela 3: Dificuldades Financeiras Enfrentadas (Múltipla Escolha)

Categoria de Dificuldade	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Moradia (Aluguel e Contas)	8	88,9%
Saúde (Medicação e Consultas)	8	88,9%
Alimentação	5	55,6%
Lazer	5	55,6%
Transporte	3	33,3%

Elaborado pelo autor (2026).

5.2 Segurança Alimentar e Acesso à Saúde

Um dado alarmante surge quando cruzamos o recebimento de auxílio com a percepção de segurança. Mesmo com o Auxílio Alimentação sendo o mais citado, a escala de segurança alimentar (1 a 5) apresentou média de 3,1, com casos críticos de nível 1 (Muito Inseguro). No acesso à Saúde, a média cai para 2,6, indicando que este é o setor mais prejudicado pela política atual, corroborando o relato de que "o acesso é difícil e caro".

5.3 O Impacto Decisivo vs. Saúde Mental

O gráfico abaixo deve ilustrar a contradição: os alunos consideram o auxílio fundamental para não evadir, mas a saúde mental está em colapso devido à pressão financeira e acadêmica.

Tabela 4: Impacto da Assistência e Saúde Mental

Dimensão de Análise	Indicador de Resposta	Proporção (%)
Impacto na Permanência	Auxílio foi Decisivo (Notas 4 e 5)	77,8%
Saúde Mental	Preocupação (Bastante/Moderado)	88,9%
Nexo Causal	Finanças Afetam Diretamente a Saúde Mental	88,9%

5.4 Análise Qualitativa: A Voz do Estudante

A Necessidade do RU Pleno: Um respondente destacou que *"não tem alimentação no fim de semana"* e a distância dos mercados encarece a vida. Isso explica por que, mesmo com auxílio, a segurança alimentar é baixa.

O Aluguel como Vilão: Relatos sobre a necessidade de mudar para locais mais longe da UFU devido ao aumento de aluguel explicam a pressão sobre o auxílio moradia.

Dedicação Exclusiva: O impacto positivo é resumido na frase: *"Fez com que pudesse me dedicar à UFU, sem precisar de freelance durante as noites"*.

6. Conclusão

Ao longo de todo este trabalho, buscou-se compreender o papel da assistência estudantil dentro das universidades públicas brasileiras, especialmente na UFU Campus Pontal. A partir da revisão da literatura e da análise dos programas existentes e questionários, tornando-se evidente que a assistência estudantil não pode ser entendida apenas como um tipo de auxílio financeiro, mas sim como uma política pública fundamental para garantir que o acesso e conclusão ao ensino superior diminuindo a evasão e realmente se traduzindo em permanência e conclusão da graduação.

A criação e aplicação de políticas como o PNAES são claramente avanços importantes no reconhecimento de que o direito à educação não se resume ao ingresso na universidade. Para muitos estudantes, especialmente aqueles oriundos de contextos sociais mais vulneráveis, permanecer na universidade exige condições materiais mínimas, como moradia, alimentação, transporte e acesso a recursos tecnológicos, sem esses suportes o ingresso no ensino superior corre o risco de se tornar apenas uma conquista simbólica, sem que haja condições reais de continuidade.

No caso da UFU Campus Pontal, é indiscutível que a atuação da PROAE tem um papel central nesse processo os diferentes auxílios oferecidos como moradia, alimentação, transporte, acessibilidade e creche constituem mecanismos concretos que permitem que estudantes de diferentes origens sociais consigam manter suas trajetórias acadêmicas. Para muitos estudantes, esses auxílios representam a diferença entre conseguir continuar estudando ou abandonar a universidade diante das dificuldades econômicas.

A análise dos indicadores de efetividade e dos dados institucionais também evidencia que a assistência estudantil contribui diretamente para a redução da evasão e para a permanência dos estudantes ao longo da graduação, mais do que isso, essas políticas ajudam a construir um ambiente universitário mais diverso, no qual diferentes trajetórias sociais passam a ocupar um espaço historicamente restrito a grupos privilegiados. Por essa ótica, a assistência estudantil não apenas sustenta trajetórias individuais, mas também transforma o próprio perfil social da

universidade pública, e de fato muda vidas, dá uma chance de ascensão para jovens marginalizados e oprimidos pela sociedade.

Juntamente a pesquisa também evidencia desafios importantes. O aumento do número de estudantes que dependem da assistência estudantil, aliado às limitações orçamentárias e aos frequentes bloqueios de recursos no ensino superior federal, coloca em evidência a necessidade de fortalecer essas políticas. Sem financiamento adequado e planejamento institucional consistente, torna-se difícil ampliar ou mesmo manter os programas existentes, além disso também nota-se uma escassez de dados atualizados tendo somente dados de 2018-2024, o que dificulta a identificação de problemas enfrentados pela comunidade discente, também refletimos sobre a pouca movimentação e organização estudantil em questão a mobilização de correios fundamentais para a conclusão da graduação

Para além dos dados e indicadores analisados, a assistência estudantil também revela algo mais profundo sobre a própria sociedade brasileira. As demandas que chegam diariamente aos setores de assistência nas universidades refletem desigualdades históricas relacionadas à renda, à origem social, ao acesso à educação básica e às oportunidades de vida. Nesse sentido, a universidade acaba se tornando um espaço onde essas desigualdades ficam visíveis e onde, ao mesmo tempo, surgem possibilidades concretas de enfrentá-las.

Partindo de uma ótica que entende a educação como um direito social e como instrumento de transformação, a assistência estudantil pode ser compreendida como uma política que dialoga diretamente com a busca por maior justiça social. Garantir que estudantes de diferentes origens consigam não apenas entrar na universidade, mas também permanecer e concluir seus cursos, significa ampliar oportunidades e contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual.

Nesse sentido, políticas de assistência estudantil não devem ser vistas como benefícios isolados ou concessões pontuais, mas como parte de um projeto mais amplo de democratização do ensino superior e de promoção da equidade social. Ao apoiar estudantes que historicamente estiveram à margem desses espaços, a universidade pública reafirma sua função social e seu compromisso com a formação de sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade.

Por fim, gostaria de deixar um agradecimento geral a toda instituição UFU a cada funcionário que teve olhar de cuidado não só comigo mas para todos os

estudantes, é realmente notável de forma empírica a diferença da assistência estudantil e seus auxílios, tais quais fossem inexistentes a minha graduação seria inviável e este presente documento nunca seria produzido, concluo a minha graduação com uma mente lapidada por cada professor que passou pela minha trajetória acadêmica e acima de tudo busco ser um docente que mude realidades como os que tive e podemos afirmar que fortalecer a assistência estudantil significa também fortalecer a própria universidade pública. Mais do que garantir permanência acadêmica, essas políticas ajudam a construir um ambiente universitário mais plural, mais democrático e mais conectado com as realidades sociais do país. Em um contexto marcado por profundas desigualdades, investir na permanência estudantil representa não apenas uma estratégia educacional, mas também um passo importante na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AIRES, E. P. **Ensino superior: um olhar sobre políticas de inclusão, assistência estudantil e êxito acadêmico.** *Acesso e permanência na educação brasileira*, Editora e-Publicar, 2026, p. 31-48. Disponível em: <https://doi.org/10.47402/ed.ep.c264393103>. Acesso em: 12 fev. 2026.

ARAÚJO, H. L. M. R.; ANDRADE, F. R. B. **O trabalho da equipe multidisciplinar da assistência estudantil no IFCE - Campus Fortaleza/CE.** *Revista Exitus*, Universidade Federal do Oeste do Para, v. 7, n. 2, p. 350-377, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2017v7n2id317>. Acesso em: 12 fev. 2026.

ARAÚJO, S. A. de L.; ANDRIOLA, W. B.; CAVALCANTE, S. M. de A.; CHAGAS, D. M. M. **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro.** *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, FapUNIFESP (SciELO), v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>. Acesso em: 12 fev. 2026.

BATISTA, A. da S. **Política de assistência estudantil no Brasil: avanços e desafios.** *PESQUISAS EM TEMAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - VOLUME 4*, RFB Editora, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46898/rfb.9786558892595.11>. Acesso em: 12 fev. 2026.

CÂMARA, K. M. C.; NUNES, I. M. **Programa de assistência estudantil e os desafios para a permanência no ensino superior.** *Revista Educação - UNG-Ser*, Guarulhos: Universidade Universus Veritas Guarulhos, v. 17, n. 1, p. 114, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33947/1980-6469-v17n1-4859>. Acesso em: 12 fev. 2026.

CARVALHO, C. Q. L. **O plano de assistência estudantil no contexto de expansão da educação superior pública.** *Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4*, Antonella Carvalho de Oliveira, 2019, p. 224-235. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.62919220119>. Acesso em: 12 fev. 2026.

DE ALBUQUERQUE, L. C. **Assistência estudantil na política de educação superior no Brasil.** *Revista Brasileira de Ensino Superior*, Complexo de Ensino Superior Meridional S.A., v. 4, n. 2, p. 44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i2.2413>. Acesso em: 12 fev. 2026.

DE JESUS MORAES, N.; BORTOLANZA SPESSATTO, M. **Ensino superior público no Brasil: o percurso histórico e o papel da assistência estudantil no acesso e permanência dos estudantes.** *ScientiaTec*, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, v. 7, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35819/scientiatec.v7i4.4746>. Acesso em: 12 fev. 2026.

DE LIMA, M. J. **A permanência estudantil na universidade brasileira: reflexões sobre as políticas de assistência estudantil.** *Revista Euroamericana de*

Antropología, Ediciones Universidad de Salamanca, v. 14, p. 161-179, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/rea202314161179>. Acesso em: 12 fev. 2026.

DIAS, C. E. S. B. **Assistência e permanência estudantil: reflexões para se pensar o apoio pedagógico**. *Apoio pedagógico e assistência estudantil*, São Paulo: Atena Editora, 2022, p. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219051>. Acesso em: 12 fev. 2026.

DIAS, M. F. O. **Assistência estudantil e permanência universitária: políticas, disputas e implementações na UESPI**. *ESTUDOS EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-Vol. 8*, Home Editora, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.46898/home.cfae59d7-0f07-45de-a05c-ba6498a2ce42>. Acesso em: 12 fev. 2026.

DIB, A. M. **A relevância do programa nacional de assistência estudantil na educação**. *Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil*, Atena Editora, 2020, p. 14-26. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.0132026102>. Acesso em: 12 fev. 2026.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. **A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil**. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Revista Eletronica Política e Gestão Educacional, 2017, v. 16. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v0i16.9359>. Acesso em: 12 fev. 2026.

FERNANDO, R.; BESSA, M.; DO CARMO, M. **Políticas de assistência estudantil no ensino superior brasileiro 2007-2022**. *Revista Academicus: Revista multidisciplinar*, African Journals Online (AJOL), v. 3, n. 2, p. 19-32, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4314/academicus.v3i2.2>. Acesso em: 12 fev. 2026.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. **Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil**. *Educação em Revista*, FapUNIFESP (SciELO), v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LAGO, T. M.; GONÇALVES, L. M. **Gestão das políticas de assistência estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior**. *Gestão & Planejamento*, Salvador: Universidade Salvador - UNIFACS, v. 20, p. 512-527, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v20.5806>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LAGO, T. M.; GONÇALVES, L. M. **Gestão das políticas de assistência estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior**. *Gestão & Planejamento*, Universidade Salvador - UNIFACS, v. 20, p. 512-527, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v20.5806>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LIMA, M. J. de. **Democratizar a permanência estudantil e minimizar as desigualdades: reflexões sobre as políticas de assistência estudantil**. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 2023, v. 16, n. 35, p. e20179. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v16i35.20179>. Acesso em: 12 fev. 2026.

MOTTA, G. D. **Evolução histórica do direito de férias no Brasil.** *Revista da ABET*, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 18, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2019v18n1.38468>. Acesso em: 12 fev. 2026.

MUNHOZ, O. L.; ILHA, S. **Evolução histórica da segurança do paciente: análise teórico reflexiva.** *Enfermagem: Investigação científica, ensino e assistência* 2, Atena Editora, 2022, p. 89-96. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.95422120710>. Acesso em: 12 fev. 2026.

NASCIMENTO, A. P. L.; DE SOUZA, F. K.; SIQUEIRA, D. L. **Assistência estudantil e processos de trabalho da equipe multidisciplinar no IFS – campus Lagarto.** *Cadernos Cajuína*, Editoriales Iberoamericanos, v. 6, n. 3, p. 111-127, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.496>. Acesso em: 12 fev. 2026.

OLIVEIRA, J. D. de; COUTINHO, R. X. **Políticas de assistência estudantil e a permanência escolar em um Instituto Federal.** *Research, Society and Development*, 2022: v. 11, n. 12, e414111234786. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34786>. Acesso em: 12 fev. 2026.

OLIVEIRA, M. das G.; SANTOS, G. K. T. dos; ROCHA, P. C. da S.; LIMA, J. Q.; SOUSA, A. de A. **Políticas de democratização do ensino superior no Brasil: uma análise acerca das cotas e da assistência estudantil.** *Research, Society and Development*, 2019, v. 8, n. 10, e218101354. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i10.1354>. Acesso em: 12 fev. 2026.

OLIVEIRA, R. T. de. **Assistência estudantil e pandemia da Covid-19 no IFRJ. A educação enquanto fenômeno social: Perspectivas de evolução e tendências** 5, Atena Editora, 2023, p. 120-123. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060112>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PANTOJA, J. A. S.; CARVALHO, E. do N. **Ensino superior: um estudo sobre a política de assistência estudantil na trajetória da UFOPA.** *POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, RFB Editora, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46898/rfb.9786558891017.12>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PINHEIRO, E. **Permanência na universidade e a política de assistência estudantil na UFPA: programas de assistência estudantil.** *Revista PET Interdisciplinar e Programa Conexões de Saberes On-Line*, Universidade Federal do Pará, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/cs.v1i1.3913>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PINTO, G. **Percurso da institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil.** *Revista Lugares de Educação*, Universidade Federal da Paraíba, v. 8, n. 16, p. 53-65, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2237-1451.2024v8n16.33919>. Acesso em: 12 fev. 2026.

RIBEIRO, D. F.; SILVA, N. G. A. **Programa de assistência estudantil: impactos da bolsa permanência para estudantes da modalidade EAD.** *Revista Gestão*

Universitária na América Latina - GUAL, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 1, p. 185-203, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2021.e79353>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SANTOS, R. M. dos; SOUZA, R. C. de. **A assistência estudantil e a luta pela democratização do ensino superior no Brasil**. *Educação: Expansão, políticas públicas e qualidade*, Atena Editora, 2023, p. 77-100. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.2342315089>. Acesso em: 12 fev. 2026.

THEODORO, D.; QUINTAL DE FREITAS, M. de F. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar* - ISSN 2675-6218, Editora RECIMA21 LTDA, 2025, v. 6, n. 5, p. e656425. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425>. Acesso em: 12 fev. 2026.

TRINDADE, A.; MIRANDA, K. **Assistência estudantil e educação profissional no Brasil: a formação para o mercado e o programa nacional de assistência estudantil nos governos do PT**. *Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente*, Navegando Publicações, 2020, p. 291-316. Disponível em: <https://doi.org/10.29388/978-65-86678-40-6-0-f.291-316>. Acesso em: 12 fev. 2026.

VISQUETTI, C.; DE CASTRO RODRIGUES, M. E. **Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/ não permanência dos educandos do Proeja do IFMT - Campus Várzea Grande**. *Mestrado Interinstitucional em Educação UFG-IFMT: uma parceria com resultados significativos*, Editora TantaTinta, 2018, p. 100-119. Disponível em: <https://doi.org/10.29142/ufg-ifmt-6>. Acesso em: 12 fev. 2026.